



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022





Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.059	210.641
Aplicações financeiras	-	-	8.332
Contas a receber de clientes	5	128.579	81.179
Contas a receber de partes relacionadas	5 e 15	199	200
Estoques	-	5.694	1.297
Impostos a recuperar	7	44.154	38.443
Créditos nas operações de venda de gás	6	42.475	54.518
Ativo regulatório	24	32.825	-
Despesas antecipadas	-	577	570
Outros ativos	-	480	600
		316.042	395.780
Não circulante			
Créditos nas operações de venda de gás	6	-	26.048
Impostos a recuperar	7	-	42.810
Despesas antecipadas	-	10	27
Depósitos judiciais	-	69	71
Contas a receber de clientes	5	50	-
Ativos financeiros da concessão	9.2	-	233.026
Intangível	9.3	712.970	74.702
Ativo de contrato	9.3	30.032	29.821
Direito de uso de ativos	21.1	15.387	13.607
		758.518	420.112
Total do ativo		1.074.560	815.892
Passivo circulante			
Fornecedores	10	97.758	3.740
Contas a pagar de partes relacionadas	10 e 15	-	60.121
Impostos a pagar	11	45.066	15.454
Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar	12	8.947	8.043
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	267.149	129.061
Passivo de arrendamentos	21.2	3.580	2.803
Outros passivos	-	3.722	2.484
		426.222	221.706
Não circulante			
Benefícios a empregados	16	9.294	10.528
Provisão para contingências	13	16.168	16.144
Passivo de arrendamentos	21.2	12.421	11.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	42.022	33.556
		79.905	72.009
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	220.966	220.966
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(364)	(1.796)
Reservas de lucro	14.2 e 14.3	347.831	303.007
		568.433	522.177
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.074.560	815.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida - venda de gás e serviços	17	1.262.658	738.050
Receita de construção	17	12.024	11.222
Total da receita líquida		1.274.682	749.272
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(1.031.147)	(574.374)
Custo de construção	18	(12.024)	(11.222)
Lucro bruto		231.511	163.676
Despesas com vendas	18	(10.214)	(11.132)
Despesas gerais e administrativas	18	(46.817)	(56.892)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	27.981	38.448
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social		202.461	134.100
Receitas financeiras	20	57.278	47.470
Despesas financeiras	20	(14.948)	(3.632)
		42.330	43.838
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		244.791	177.938
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8.1	(61.232)	(40.909)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8.1	(7.328)	(11.376)
Lucro líquido do Exercício		176.231	125.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		176.231	125.653
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	-	2.171	445
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	-	(738)	(151)
Resultado abrangente do exercício		177.664	125.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)								
	Nota	Outros resultados abrangentes			Reservas de lucros			Total
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos à disposição da AGO	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		220.966	(2.090)	42.326	222.069	-	-	483.271
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(52.901)	-	-	(52.901)
Resultado atuarial líquido	-	-	294	-	-	-	-	294
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	-	-	125.653	125.653
Destinações:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.867	-	-	(1.867)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(34.140)	(34.140)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	-	89.646	(89.646)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646	-	522.177
Saldos em 31 de dezembro de 2021		220.966	(1.796)	44.193	169.168	89.646	-	522.177
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	89.646	(89.646)	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(82.041)
Resultado atuarial líquido	-	-	1.433	-	-	-	-	1.433
Lucro líquido do período	14.4	-	-	-	-	-	176.231	176.231
Destinações:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(49.367)	(49.367)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	-	126.864	(126.864)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		220.966	(363)	44.193	176.773	126.864	-	568.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Informações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31 de dezembro de 2022, uma rede de distribuição de 864 km e conta com 157 colobaradores.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994. Tal contrato foi prorrogado por igual período com fundamento no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 205, de 17 de dezembro de 2017, contados da data de vencimento do prazo original da concessão, passando a ter como termo final de vigência a data de 06/07/2054.

O processo de renovação exigiu o pagamento de bônus de outorga de R\$ 508 milhões, em favor do Estado do Paraná, e a adoção do modelo regulatório de tarifa teto, com a remuneração baseada no custo médio ponderado de capital (WACC) e uma base de remuneração líquida (BRLL) inicial de R\$ 647,8 milhões, em substituição ao modelo atual "cost plus".

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos bens vinculados à concessão, ainda não amortizados, avaliados pelo seu valor contábil atualizado monetariamente até aquela data.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A preparação destas demonstrações de acordo com as IFRS tem por objetivo atender a demanda da controladora da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2023 e sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, conforme explicado na Nota. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (créditos nas operações de venda de gás). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *Impairment*: A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.
- (b) Provisões: As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma

saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativos. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia, com suporte de empresa especializada em cálculo atuarial, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais de mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o conjunto de políticas contábeis, as bases e métodos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apenas para as companhias abertas. A Companhia optou por apresentar essa demonstração no conjunto de suas demonstrações financeiras, por consequência, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.2.2 Classificação e mensuração subsequente de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR (valor justo por meio do resultado). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, quando existentes no exercício. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		176.231	125.653
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:			
Depreciação e amortização	9.3	35.891	32.879
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Reversão) de provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa	8	68.560	52.286
Provisão para perda por critério de valoração de crédito de gás (Ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás	5	368	(2.764)
Provisão para contingências e benefícios a empregados	19	(23.053)	(46.511)
Variações monetárias sobre ativo financeiro	13.1 e 16.2.1	(1.210)	15.917
Ativo Regulatório	-	(30.742)	-
Resultado na baixa do intangível	-	105	11
		215.380	154.714
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) de aplicação financeira	-	8.332	(290)
(Aumento) de contas a receber de clientes e outras	-	(47.767)	(19.529)
(Aumento) de estoques	-	(4.397)	(365)
Redução de tributos a recuperar	-	37.048	8.526
Redução de créditos nas operações de gás	-	61.144	57.887
Redução de depósitos judiciais	-	2	15
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	-	10	(352)
Redução (Aumento) de outros ativos	-	120	(20)
Aumento de fornecedores de gás e contas a pagar	-	33.897	21.894
Aumento (redução) de impostos a pagar	-	10.657	(8.870)
Aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	904	366
Aumento (Redução) Pagamento de juros	-	37	(554)
Aumento (redução) de outras contas a pagar	-	3.764	(10.744)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		319.131	202.678
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(41.538)	(27.583)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-	2.887	3.705
		(38.651)	(23.878)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Renovação da concessão - outorga	-	(403.964)	-
Aquisição de ativo intangível	9.3	(23.106)	(14.262)
Alienação do intangível	-	(105)	(11)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(427.175)	(14.273)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	-	(40.588)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	21.2	(2.887)	(3.705)
Pagamento de encargos	-	-	(379)
Pagamento de debêntures	-	-	(19.873)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(2.887)	(64.545)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(149.582)	99.982
No início do período	-	210.641	110.659
No fim do exercício	-	61.059	210.641
		(149.582)	99.982

As notas explicativas são parte integrante



Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte pioraram significativamente, independente do número de dias de atraso.

4.2 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

4.3 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

4.4 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

4.5 Desreconhecimento ("baixa")

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Contas a receber vinculadas a concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado quando atendidos os requisitos contratuais se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. Com a renovação da concessão, o saldo atual de ativo financeiro foi transferido integralmente para o ativo intangível.

3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.6 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

3.8 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados a valor justo de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

3.9 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro.

3.10 Ativo de contrato ou intangível em formação

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos. A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

3.11 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

3.12 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de gás de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão são registrados de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro quando apresentado, representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais (intangíveis) são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

3.13 Fornecedor e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, com consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

3.16 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária
A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Os passivos de arrendamento são mensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.17 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.18 Normas e interpretações ainda não efetivas aplicáveis à Companhia
Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	918	171
Aplicações financeiras:		
Fundos de investimento	28.843	155.046
CDBs	31.298	55.424
Total de caixa e equivalentes de caixa	61.059	210.641

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídos entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2022 é de 12,43% (4,42% em 31 de dezembro de 2021).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição de gás canalizado	140.620	92.804
(-) Perdas no Recebimento de Créditos Lei 9.430/95	(9.929)	(11.266)
(-) Perdas estimadas de créditos	(1.863)	(158)
Total de contas a receber, líquidas	128.828	81.379

Contas a receber de clientes	128.629	81.179
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15)	199	200
Contas a receber de clientes - curto prazo	128.778	81.379
Contas a receber de clientes - longo prazo	50	-

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(11.424)	(14.188)
Adições	(368)	-
Baixas	-	2.764
Saldo no fim do exercício	(11.792)	(11.424)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	125.690	79.769
Vencidos até 60 dias	2.905	1.783
Vencidos de 61 até 180 dias	1.334	333
Vencidos acima de 181 dias	10.691	10.919
Total das contas a receber	140.620	92.804

6. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (**)	57.750	57.750
Impairment de gás QPNR(Quantidade Paga não Retirada)	(11.153)	(11.153)
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	(46.597)	(46.597)

Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (*)	42.475	86.140
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	-	(5.768)
Créditos nas operações de venda de gás	-	194
Total	42.475	80.566

Ativo circulante	42.475	54.518
Ativo não circulante	-	26.048

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores aqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 01 ano após o vencimento do contrato. Este saldo é corrigido trimestralmente atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2023.

(**) De acordo com o contrato de fornecimento entre COMPAGAS e Aracária Nitrogenados (ANSA), o cliente tem direito de utilizar seu saldo de Quantidade Paga e não Retirada - QPNR até Dezembro 2020. Originalmente, o cliente planejava utilizar seu saldo de QPNR para as operações ao longo do primeiro semestre de 2020, entretanto a unidade foi hibernada pela PETROBRAS em fevereiro de 2020. Isso resultou num saldo de QPNR residual (volume de 55.770.890 m³). Em 2021, diante da falta de consenso entre as partes e da compensação dos créditos de compra de gás efetuada pela PETROBRAS, no montante de R\$ 11.153, em 2021, foi constituída provisão deste valor até o desfecho das discussões no âmbito da câmara de arbitragem.

Em relação ao crédito de gás total devido pela Companhia, e, considerando o plano de expansão e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, as projeções realizadas pela Administração indicam que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2022 será efetuada integralmente.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo circulante:

Ano	Valor a compensar
2023	42.475
Total	42.475

6.1 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/Dia)	Contrato
01/01/2022 até 31/12/2022	400.000	NMG 2020-2023
01/01/2023 até 31/12/2023	400.000	NMG 2020-2023
01/01/2022 até 31/12/2022	511.000	NMG 2022-2025
01/01/2023 até 31/12/2023	450.000	NMG 2022-2025
01/01/2024 até 31/12/2024	400.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2025	330.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2032	208.000	NMG 2024-2032

O compromisso financeiro total dos contratos, descontado a valor presente é estimado em R\$ 3.875.135, cujo valor inclui o mínimo estabelecido nos contratos tanto em commodities quanto em transporte. Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2022. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a compensar	8.705	994
IRPJ a compensar	2.958	1.493
CSLL a compensar	3.986	3.574
PIS a compensar (a)	28.505	26.883
COFINS a compensar (a)	-	48.309
Total dos impostos a recuperar	44.154	81.253

Ativo circulante	44.154	38.443
Ativo não circulante	-	42.810

(a) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nas Demonstrações financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 142.821, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Além da decisão transitada em julgado a seu favor, a Companhia está amparada por parecer jurídico dos seus assessores legais que suportam tecnicamente o reconhecimento do crédito fiscal.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor original dos créditos	23.994	70.127
Juros Selic	4.511	5.065
Valor atualizado da habilitação dos créditos	28.505	75.192

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir.

Ano	2023	2025
Total	28.505	28.505

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1 Resultado do exercício

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto corrente		
Imposto de renda	(44.510)	(29.621)
Contribuição social	(16.722)	(11.288)
	(61.232)	(40.909)
Imposto diferido		
Imposto de renda	(5.388)	(8.365)
Contribuição social	(1.940)	(3.011)
	(7.328)	(11.376)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	(68.560)	(52.285)

8.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31/12/2022	31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Descrição:				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	244.791	244.791	177.938	177.938
Adições e exclusões permanentes				
Contribuições, doações e patrocínio	1.151	1.151	1.286	1,286
Adições e exclusões temporárias				
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(23.053)	(23.053)	(46.511)	(46.511)
Atualização monetária ativo financeiro	(10.772)			



de propriedade desta, por um período de 72 meses, prorrogável por igual período. Após cumprido o primeiro prazo contratual, considerando o momento econômico e ampla oferta de imóveis, a Compagas notificou a Fundação Copel a intenção de rescindir o contrato. Em 2016 as partes submeteram a controvérsia à arbitragem.

Em dezembro de 2021 a Companhia provisionou o valor de R\$ 15.793 relativo à decisão arbitral envolvendo Compagas e Fundação Copel referente ao possível ressarcimento à Fundação Copel, na eventualidade da venda do imóvel por valor inferior ao real contábil, da diferença entre o valor de venda do imóvel e o valor que a Compagas autorizou/determinou que fosse investido no imóvel.

(b) Trabalhistas
Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	268.621	77.316
Fiscais (b)	680	5.176
Trabalhistas (c)	1.040	252
Valor líquido das estimativas para litígios R\$	270.341	82.744

(a) Cíveis
Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de direito de passagem e de equilíbrio econômico-financeiro e de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propositos por empresas contratadas.

Em maio de 2022 a companhia foi notificada em ação relativa à restituição de supostos valores cobrados a maior relativos a PIS e COFINS na fatura de gás natural e danos morais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante estimado como perda possível relativo às demandas cíveis era aproximadamente R\$ 268.621 (R\$ 77.316 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

(b) Fiscais
Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 680 (R\$ 5.176 em 31 de dezembro de 2021).

No ano de 2022 houveram decisões favoráveis à companhia relativas às notificações fiscais com redução dos valores das demandas.

Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é estimada como possível.

(c) Trabalhistas
Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2022, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 1.040 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2021) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

Composição acionária	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Comitê Gás S.A	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social prevê que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	44.193	44.193
Percentual da reserva legal constituída	20,0%	20,0%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	176.774	169.168

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	176.231	125.653
Reserva legal (5%)	-	(1.867)
Base de cálculo para os dividendos e JCP	176.231	123.786

Dividendos propostos pela Administração:

Dividendos	13.975	12.848
Juros sobre capital próprio-JCP	35.391	21.292
(-) IRRF - JCP	(5.308)	(3.192)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	44.058	30.948
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

A composição de dividendos e JCP a pagar é demonstrada abaixo:

Em 31/12/2022

Ano da declaração	Base	Dividendos/JCP	Valor
2019	Resultado de 2019	Adicionais	50.455
2020	Reservas de 2014 e 2015	Adicionais	59.649
2021	Resultado de 2021	Obrigatórios	30.946
2022	Reservas de 2016 a 2018	Adicionais	82.040
2022	Dividendos e JCP de 2022	Obrigatórios	44.059
Total de dividendos e JCP			267.149

Em 31/12/2021

Ano da declaração	Base	Dividendos	Valor
2019	Resultado de 2019	Obrigatórios	44.178
2019	Resultado de 2019	Adicionais	105.709
2020	Resultado de 2020	Obrigatórios	14.160
2020	Reservas de 2014 e 2015	Adicionais	52.901
2021	Resultado de 2021	Obrigatórios	30.948
Total de dividendos			247.896
(-) Dividendos pagos até 31/12/2021			(118.835)
Dividendos a pagar em 31/12/2021			129.061

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis.

No ano de 2022, devido a opção tributária de apuração trimestral do lucro real, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Companhia para a declaração trimestral de juros sobre o capital próprio a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ação em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia	176.040	125.653
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação	5,24	3,74

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	136.037	65.821	(4.374)	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ²	-	-	-	31.619	-	-
Reembolso de salários	-	-	156	-	-	45
Comitê Gás S.A	-	-	-	-	(2.102)	-
Dividendos a pagar	-	-	65.351	-	-	-
Reembolso de salários ¹	-	-	155	-	(602)	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	65.351	31.619	(2.102)	-
Reembolso de salários ¹	-	-	225	201	(986)	(400)
Outras partes relacionadas						
Araucária Nitrogenados - ANSA ³	-	-	-	46.597	-	-
OPNR/Take or Pay Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ²	-	-	-	-	-	-
OPNR/Take or Pay	-	-	143.890	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	-	60.121	-	(373.829)
Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras ²	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	7.942
UEG Araucária Ltda.	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	199	199	-	-	-	-
Receita de serviços	-	-	-	-	22.438	25.783
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(265)	(253)
Copel Telecom ²	-	-	-	-	-	-
Rede conexa / internet	-	-	-	-	-	(186)
Rumo Logística	31	44	-	-	-	(13)

¹ Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

² Entidades não consideradas como partes relacionadas no ano de 2022 por alteração de participação societária.

15.1 Remuneração dos Administradores

A ata da 127ª Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 4.034 para o ano de 2022 (R\$3.916 em 2021)

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 11.488, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações totais	14.643	9.294	23.937	25.746
Valor justo dos ativos	(14.643)	-	(14.643)	(15.219)
			9.294	10.527

16.1 Plano de benefício Previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2021, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Plano de assistência saúde	1.433	(294)
	1.433	(294)

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

16.2 Plano de benefício assistencial

16.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	10.528	10.121
Custo do serviço corrente e juros	1.279	852
Benefícios pagos	(342)	-
(Ganho)/perda atuarial	(2.171)	(446)
	9.294	10.527

16.2.2 Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço	-	320
Custo dos juros	-	1.033
		1.353

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	31/12/2022	31/12/2021
---------------------	------------	------------

Ativos:

Número de participantes ativos:	136	140
Idade média em anos:	46,65	45,76
Serviço creditado total	14,05	12,84
Tempo para aposentadoria	10,45	11,33
Renda média em R\$	12.282,83	12.289,79

Aposentados:

Número de participantes aposentados:	15	15
Idade média em anos:	61,65	60,65
Benefício médio em R\$	4.442,90	4.548,86
População total	154	158
Hipóteses econômicas		

Taxa de anual de juro atuarial real (Duration):

Plano CV/ saldaço	6,2	5,4
Plano de Saúde	6,2	5,4
Taxa anual de inflação projetada	5,10	5,50

Taxa anual real de evolução salarial	1	2
Taxa anual de evolução custos médicos	1	1
Aging Factor	3,3	5,8
Taxa real de evolução de benefícios	0	0
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,5	98

Hipóteses atuariais

Taxa de rotatividade	0%	0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (M/F)	AT-2000 (M/F)
	10%	10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de invalidez	Tasa 1927	Tasa 1927
% de casados na data de aposentadoria	80%	80%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)	Real (ou 4 anos)

Dados fornecidos por empresa especializada em cálculo atuarial

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de vendas de gás	1.628.950	950.849
Ativo regulatório (nota 24)	21.361	-
Receita de serviços	22.438	25.783
ICMS sobre vendas	(288.103)	(162.709)
PIS e COFINS sobre vendas	(121.925)	(75.357)
ISS sobre vendas	(63)	(516)
Receita operacional líquida	1.262.658	738.050
Receitas de construção - ICPC 01(R1)	12.024	11.222

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Compra de gás natural	(980.202)	(525.806)
Pessoal	(44.693)	(41.952)
Amortização	(35.889)	(32.879)
Serviços de terceiros	(16.332)	(16.373)
Despesas gerais	(6.554)	(19.735)
Tributos e taxas fiscais	(2.976)	(1.074)
Materiais	(1.059)	(3.328)
Distribuição de gás	(362)	(466)
Locações	(111)	(109)
Total	(1.088.178)	(641.722)

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.031.147)	(574.374)
Despesas gerais e administrativas		